

A cidade estado, na Bahia, permanências mutantes

Luiz Henrique Sá da Nova,

É professor de Jornalismo, no CAHL/UFRB; doutorando, em Cultura e Política, no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da UFBA. Trabalhos relacionados: *Eleições 2000: o príncipe do cotidiano na Cidade da Bahia*, 2003 (dissertação de Mestrado); *Baianidade*, Verbete, em CD-Rom (NOVA & FERNANDES, 2007); *O mito baiano: viço, vigor e vício* (NOVA & MIGUEZ, 2008 - no prelo). E-mail: luiznova@yahoo.com.br.

1 - Para financiar a expansão das grandes navegações, a Coroa portuguesa precisou de recursos milionários. Aumentou impostos, obteve empréstimos com comerciantes e banqueiros e se valeu dos recursos da Ordem de Cristo, que sucedeu a antiga Ordem dos Templários, braço armado da Igreja, que acumulou muitos recursos com os saques durante as Cruzadas, no Oriente Médio, séculos XII e XIII. Grupo armado, com muito dinheiro, poder paralelo na Igreja, dissolvido pelo papa, portanto, uma força político-religiosa proscrita, que, acolhida em Portugal, tornou-se a Ordem de Cristo e participou ativamente da expansão portuguesa, com recursos e presença física, autorizada pelo Papa, após a reformulação e o ingresso na empreitada das conquistas de novos mercados e fiéis. Portugal chega ao novo mundo como nação emergente no comércio ultramarino, mas periférica no contexto político da Europa. A dubiedade é agravada pelo conservadorismo político-religioso que representou a presença dos templários, posta a serviço da força liberal emergente, profundamente interessada na expansão comercial. Sobre o

Resumo

A cidade do Salvador foi sempre considerada como referência para o conjunto do estado da Bahia. Essa identidade foi construída sob os ganhos histórico-culturais múltiplos, aproximação de forma e conceito dessa hibridação. A análise da construção identitária da cidade de um ponto de vista político, econômico e cultural nos convida a baianidade abordada como síntese da cidade do Salvador.

Palavras-chaves: Cidade, construção identitária, hibridismo.

LA VILLE-ÉTAT, À BAHIA, PERMANENCES MUTANTES

La ville de Salvador a toujours été considérée comme la référence pour l'ensemble de l'Etat de Bahia. Cette identité s'est construite sur des apports historico-culturels multiples, proche par sa forme intrinsèque, du concept d'hybridation. L'analyse de la construction identitaire de la ville d'un point de vue politique, économique et culturel nous conduira à aborder la notion de bahianité comme synthèse de la ville de Salvador.

Mots-clés : Ville – construction identitaire - hybridation

A Cidade da Bahia sempre foi a referência que representa todo o Estado. Ser baiano, aos olhos externos, é ter as características específicas dos que moram em Salvador. Esta identidade *única* revela a força do simbolismo histórico que a capital incorpora e destaca a especificidade da colonização portuguesa¹ e seus reflexos na contemporaneidade. É expressão de uma *hibridação* marcada pelo fato de estar a serviço da expansão do capitalismo mercantil, a partir de uma estrutura produtiva escravocrata. Nesta contradição a cultura do colonizador - apesar do preconceito, elitismo e violência dominantes - não se fez única, a forte urbanização experimentada fez *seu reino* pleno só nos salões da *Casa Grande*.

A análise que este texto pretende destaca a constituição de Salvador enquanto uma *Cidade Estado*, simbolicamente construída, e se utiliza do conceito de *cultura híbrida*², trabalhado pelo antropólogo Nestor Garcia Canclini (2006) como característica intensificada da

globalização nos estudos sobre cultura, aplicando à formação histórico-cultural da Cidade. O entendimento é o de que a formulação de Canclini enriquece a análise das formações socioculturais a serem estudadas e se aplica aos processos contemporâneos e do passado. O autor apresenta a *hibridação* como “uma característica antiga do desenvolvimento histórico” (CANCLINI, 2006: XVII).

Desde a origem de Salvador, a *rua* se impôs como espaço perene de diversidade cultural e identidade maior³. A presença urbana dos negros, de várias etnias, ofereceu a diversidade e a síntese de releituras da sobrevivência sob a escravidão. Passados dois séculos, a *rua* ainda forma a identidade diversa, das releituras *híbridas* da história em um processo, agora, globalizado e marcado pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

Salvador é, desde sempre, cidade de forte presença histórica e cultural no contexto brasileiro. A primeira capital do país foi considerada, à época, a principal metrópole do hemisfério Sul, importante entreposto comercial. Neste contexto, tornou-se um grande estaleiro, para construção e conserto de navios. Porto de parada obrigatória na rota do Atlântico Sul, nas trocas comerciais e intercâmbios sociais, que o urbano possibilitou.

Em 1820, Salvador tinha em torno de 150 mil habitantes, 40 mil a mais que o Rio de Janeiro; 50 mil a menos que Nova York. A velha Cidade da Bahia, uma das maiores metrópoles do mundo, vivenciava uma intensa vida urbana e o constante alargamento de possibilidades, na transição do feudalismo à modernidade; da sacralização do Estado e autoridades, à secularização da vida e suas possibilidades.

No *Novo Mundo*, nesta plaga, a primeira cidade, primeira capital do Brasil, “primeiro pelourinho também”, canta Gilberto Gil⁴. A força e intensidade do *híbrido* expressa intensa convivência urbana, na transição entre o estável e o transitório e fugaz da intensa modernidade mercantil. Com a capital do país deslocada para o Rio de Janeiro, em 1763, ainda manteve a força econômica até o início do século XIX.

A Cidade da Bahia, no entanto, não resistiu à *passagem* da Família Real e ao barco a vapor. A transição histórica, com o declínio econômico, preservou o quadro cultural *híbrido* da cidade. A transição estagnada deslocou a cidade do centro do palco, preservou marcas

período, escreveu Tales de Azevedo: “Uma das providências adotadas com tais fins [reunir recursos financeiros que financiassem as navegações] é a utilização dos bens e das vultosas rendas da poderosa Ordem dos Templários, que a Sé Apostólica aboliu em começos do século XIV, e com tais recursos instituir, em meados da centúria seguinte, com a permissão do papado por uma bula de 1418, a Ordem de Cristo, sob o grão-mestrado perpétuo do rei lusitano, com poderes de administração e governo e também com jurisdição espiritual sobre todas as regiões a partir de então conquistadas em África e nas chamadas Índias.” (AZEVEDO, 1978: 26)

² - Na introdução do livro *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*, da editora da USP, edição de 2006, Nestor Garcia Canclini, antropólogo argentino, professor da Universidade Autônoma do México, define: “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam, para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2006: XIX).

³ - A melhor tradução da sociedade baiana é a produção do Boca do Inferno, o poeta Gregório de Matos Guerra, que fala da opulência da época e registra a desigualdade social de sempre, em meio à mística da hospitalidade: “Senhora Dona Bahia, / nobre e opulenta cidade, / madrastra dos naturais, / e dos estrangeiros madre”.

⁴ - Este verso é parte da letra da música “Toda menina baiana”, de 1979, sobre a magia da baiana e da própria Bahia: “Que Deus entendeu de dar toda magia / Pro bem, pro mal, primeiro chão na Bahia”.

conservadoras, misturou a diversidade e o *status quo* político e social provinciano, aberto à convivência social com o novo, externo. Manteve a vocação de permanente espaço de troca, cultivou a decantada hospitalidade baiana, a diversidade cultural e a forte presença dos negros. Esta é outra peculiaridade soteropolitana, que recusa ortodoxia e fundamentalismos, mantendo possibilidades de troca comercial e social.

Rota de procura, conquistas e consolidação de novos mercados, Salvador é a transição entre importantes épocas históricas. A crepuscular idade média e a força da secularização de possibilidades humanas da nascente modernidade. Esta síntese é do historiador baiano Cid Teixeira, que a define como grande característica da primeira capital, o ser *entroncamento* da idade média com os tempos modernos. Para Teixeira, é o encontro da cautela e conservadorismo europeu, com o ousado e inovador do ecumenismo que o novo impunha (TEIXEIRA apud NOVA & MIGUEZ, 2008, no prelo).

“Essa encruzilhada do meio do século XVI é a grande marca desta cidade. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar do mundo que se recriava a partir do devassamento dos ‘mares nunca dantes navegados’, estava o lugar predestinado pela geomorfologia para ser o elo do tempo que já era com o tempo que começava a ser”. (op. cit.)

Salvador, desde sempre, é mistura *ecumênica* e plural do embricamento do passado com o futuro prometido e sempre irrealizado. A mística do novo tempo se forjava no processo político-econômico, intensificado pelo capitalismo mercantil. A cidade é expressão, ao longo da história, dos reflexos, possibilidades, dinamismo econômico e possibilidades socioculturais. Ao conservadorismo da elite se impunha a troca cultural que a convivência das ruas proporcionou.

Maior autonomia de navegação; transferência da capital e a chegada da Corte Portuguesa ao Rio consolidaram o centro político do país, em outras latitudes. Este contexto fez Salvador viver certo isolamento, mas preservou o ecumenismo cultural e a interação social tendo os negros como presença destacada na economia e vida urbana. Estima-se que mais de um milhão e 300 mil africanos chegaram pelo porto de Salvador. A família real impôs o aumento de cem por cento no comércio de escravos, na Bahia, ficou ou passou um terço dos escla-

vos desembarcados no Brasil. Números significativos, mesmo a Bahia tendo sido a porta de entrada de escravos para estados como Minas Gerais.

Na Cidade da Bahia, o negro foi mão de obra urbana no pequeno comércio de rua e não só nos afazeres domésticos. A presença dos negros soteropolitanos é destacada nas práticas e diversidade da vida urbana, pela quantidade e também pela qualidade das interações estabelecidas, com repercussões ampliadas e políticas. Em 1835, a Revolta dos Malês - negros de origem mulçumana -, por exemplo, é um movimento de pretensões republicanas.

Cerca de metade da população de Salvador era de negros, escravos ou libertos, das mais variadas nações africanas, uma forçada e significativa síntese étnica. A pluralidade africana possibilitou a interação negociada entre iguais, *estranhos* e *anônimos*, em busca da sobrevivência, no brutal sistema escravista. Uma *verdadeira Grande Refazenda*, como formulou Gilberto Gil (2007), ministro da Cultura do Brasil, ao analisar o significado da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora, ocorrida em 2006.

“O primeiro passo neste monumental processo de reinvenção da humanidade foi a superação de estranhamento geral. Ao invés de estranho, o outro passou a ser o ‘malungo’, o que veio no mesmo navio negreiro, um companheiro de travessia, um parente. Na minha terra, a Bahia, construiu-se um parentesco simbólico, não sanguíneo e não linhageiro: todos os nascidos na outra costa do Atlântico passaram a se tratar como parentes. Essa nova identidade foi tão forte que, no português falado por eles, os pronomes pessoais para designar o outro – o tu e o você – foram substituídos por ‘parente’.
(GIL in SANTOS JR., 2007: 12/13)

A intensa troca que a presença urbana impôs está presente em vários estudos sobre a escravidão no Brasil, que analisam a presença dos escravos na cidade e peculiaridades que o fato proporcionou. A vida urbana em Salvador era marcada pela dinâmica que os valores dos negros *impôs* à cidade, nas atividades laboriais do comércio e conformou a cultura das festas e da rua. Esta marca persiste e tem no carnaval, sua maior expressão.

A presença negra e incontrolável interação social do espaço urbano, marca a trajetória da Cidade da Bahia/Salvador. É o espaço que se

construiu culturalmente, na perspectiva da diversidade, para além das regras do colonizador e suas elites conservadoras. A cidade, sua intensa vida urbana e possibilidades dependiam da mão de obra dos negros, escravos ou não.

“Na cidade, o trabalho dos negros fazia tudo funcionar. Dependiam deles a distribuição de água, os transportes, o funcionamento de uma casa. Correios, cavalos e tubulações, todo trabalho manual era serviço dos negros. A presença maciça de negros escravos, libertos e livres no desempenho de atividades manuais na cidade de São Salvador fica bem evidente com a “greve negra” de mais de uma semana, deflagrada em 1857, contra a obrigação de registro junto à câmara municipal, o pagamento de uma taxa anual, o uso de uma chapa metálica no pescoço com o número de matrícula e a apresentação pelos libertos de fiadores, os quais dessem garantia de seu bom comportamento (Reis, 1993).” (ARAÚJO, <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/urbanidades/#art1>)

O ecumenismo cultural, mediador da construção e/ou reconstrução da cidade, produziu a interação de valores hegemônicos e contra-hegemônicos, na convivência urbana, de rua, aberta e receptiva. A força do espaço urbano, em tempos de intensificação mercantil no mundo e na Bahia, tornou-se *lócus* gerador de oportunidades e perspectivas. Salvador era referência cosmopolita do *novo mundo*. Reduzida economicamente, a cidade manteve a centralidade, sustentada no simbolismo histórico e na diversidade cultural.

A independência do Brasil em relação a Portugal alcança uma Bahia enfraquecida no contexto geral, mas reafirma seu simbolismo na história da nação brasileira. Sem destaque na historiografia nacional, que reduz o rompimento com a Corte Lusitana à *ruptura negociada* do *Grito do Ipiranga*, na Bahia, a separação foi um longo enfrentamento com o comando colonial instalado na Província.

Em terras baianas, o enfrentamento começou em 25/06/1822, portanto, antes do ato de D. Pedro I, em São Paulo - 07/09/1822 -, e foi concluído com a expulsão do exército português, em 02/07/1823, um ano depois. A mobilização insurgente começou em Cachoeira e foi consolidada nas ruas de Salvador. É mais um marco histórico da presença da Bahia no cenário nacional, marcada, até hoje, pelas comemorações de caráter político-popular.

Dinamismo econômico, intensa e diversificada vida urbana e troca sociocultural, acompanhado da força simbólica de Salvador, eis o conjunto que consolidou a Cidade da Bahia. Na tradição de significar todo o estado, Salvador consolidou sua centralidade mística e política, ao longo da história, mesmo em tempos de *enigma baiano*⁵.

A estagnação econômica preservou as características e a força sociocultural que hoje diferencia seu projeto turístico. A cidade histórica *cultivou* um estilo entre o provinciano e o comunitário, compondo uma *baianidade* profundamente diferenciada da impessoalidade da cultura capitalista liberal. Verdade também em transição, que começa a ser subsumida ao se integrar definitivamente à globalização.

Alguns autores registram o uso da expressão *baianidade*, desde o século XIX. Aqui, a primeira metade do século passado é o marco da construção identitária. Esta escolha tem a referência da música de Dorival Caymi e da literatura de Jorge Amado e do debate sobre a *harmonia* e *democracia* racial, como tentativa das elites em instrumentalizar a miscigenação, para construir o consenso social (PINHO, 2004).

“O que hoje se chama de ‘baianidade’ tem sua origem na década de 30, quando a apologia à miscigenação racial e cultural do povo brasileiro destituiu a crença até então hegemônica de que seríamos um ‘povo triste’, ou mesmo um projeto inviável de formação de povo, em função deste mesmo caráter miscigenado. A mistura de ‘raças’ e culturas, que antes havia representado a causa da inviabilidade, ou ao menos da vulnerabilidade, da formação do nosso povo, passou a significar o oposto, tendo sido adotada como mito de origem da nação classificando o Brasil não apenas como mestiço mas, como consequência natural à mestiçagem, isento de racismo.” (PINHO, 2004: 212)

Nesta perspectiva, a *baianidade* se constituiu em afirmação de auto-estima e riqueza cultural. A síntese identitária afirmou-se também contra a idéia da diversidade negativa e ambiente social triste e sem criatividade. A Bahia, “como lócus de representação máxima da brasilidade, sobretudo em função da presença de uma cultura negra” (op. cit.: 212) consolidou sua presença seminal no país.

A identidade construída a partir da *harmonia racial* foi marcada pela estagnação econômica e perda de influência política. Era uma

⁵ - A expressão *enigma baiano* foi usada pelas elites da Bahia, desde a primeira metade do século XX, de forma a mistificar o fato de o Estado ter perdido a vanguarda econômica no cenário nacional, desde o século XIX, com a crise da lavoura da cana-de-açúcar e não mais ter recuperado a posição. As elites queixavam da falta de um parque produtivo expressivo e da inexistência de um mercado interno que refletisse um maior desenvolvimento econômico-social, como se pudessem ser mais uma obra mística da Bahia, contrariando a regra monopolista e concentradora do capitalismo, que, no Brasil, o centro é o Sudeste.

Bahia *descansada*, da rede, anti-trabalho, *preguiçosamente* bucólica, balneária, refúgio contra o Brasil industrial. Logo, esta identidade se revelaria contraditória à recuperação da força econômica. Manteve o preconceito de forma velada, ao creditar as características à influência negra, na cultura baiana.

Em contrapartida, as elites continuavam em busca de compartilhar o poder nacional e revitalizar a economia local. Na política, a tradicional ambigüidade era refletida na dependência em relação ao governo federal e suas benesses. Exemplo disso, na Proclamação da República, as lideranças baianas decidem apoiar a monarquia, mas enviam telegrama dúbio, reafirmando o *respeito aos poderes constituídos*.

No plano econômico, o desafio de responder ao *enigma baiano* foi repostada pelo petróleo do Recôncavo Baiano e a chegada da Petrobrás, década de 50 do século passado. O projeto de industrialização apareceu então em tentativas como Petrobrás, o Centro Industrial de Aratu - CIA - e Pólo Petroquímico de Camaçari, estes, nas décadas de 60/70.

Manteve-se a crise, a produção de *bens intermediários* e não *finais* foi apresentada como razão para inexistência do mercado interno. A Ford, inaugurada em 2001, seria a grande solução, principal iniciativa de instalação industrial, todas sustentadas com fortes subsídios fiscais. Enclaves construídos na intervenção do governo federal - mesmo o Estado participando dos subsídios -, oferecidos como superação do *enigma baiano*. No entanto, a Bahia continuou com forte dependência do poder central e um quadro social de profundas desigualdades e alto índice de desemprego, apesar de ter chegado ao sexto lugar entre as economias estaduais.

A força referencial de Salvador sobre o Estado está em ser capital político-administrativa, a *síntese* simbólica hegemônica da Bahia e origem da nação brasileira. Apesar da diversidade cultural, dos serões ao litoral, a *síntese* é a negritude e a mística, marcas do Recôncavo e de Salvador, onde o que é um Estado único se fragmenta na linguagem. *Vou para a Bahia* (FREITAS, 2000), diziam os que moravam no interior, ao se deslocarem para a capital; ou ainda na *Bahia/Feira*, ao se referir à BR324, rodovia que liga Salvador a Feira Santana - segunda maior cidade do Estado, há 110 quilômetros da capital.

Terceira maior cidade do Brasil - síntese da *baianidade*, identidade e discurso hegemônico -, Salvador viabilizou-se como um projeto econômico-cultural. O legado histórico – místico e identitário -, potencializado pela indústria cultural local, reafirmou a capital para dentro do Estado, espaço cultural independente do eixo Rio-São Paulo.

Três fatores distintos se complementaram para formar um novo perfil de desenvolvimento econômico, fora da tradicional área industrial, consolidando a mística da *baianidade* soteropolitana. A *indústria cultural* consolidada na década de 90 e iniciada como movimento social independente, a partir da década de 70 do século XX, é o destaque.

A intervenção carnavalesca base da indústria cultural baiana teve grande destaque do movimento afro. A presença étnico-cultural foi acompanhada do trabalho social, consolidou-se contra o preconceito, terminou se impondo como referência e diferencial turístico, no projeto econômico central no Estado. Aqui, não se discute a presença percentual do setor, no PIB baiano, mas a sua força simbólica e identitária.

Este movimento reafirmou Salvador, a *baianidade* hegemônica, fortalecida pelo processo contemporâneo de consolidação da mídia, em particular da televisão, como agente de sociabilidades e espetáculo. Prática social que enquadra fortemente a vida, a cultura e a política, a mídia tornou-se um dos três fatores que consolidaram a *baianidade* soteropolitana, ao final do século XX.

O terceiro e último fator que contextualizou o discurso identitário da Cidade da Bahia, como corpo e ritmo de todo o Estado, é a capacidade de adequação das oligarquias: entregam anéis, mas mantêm dedos e poder. A relação local entre as oligarquias e a questão racial, na primeira metade do século XX, foi construída com o discurso da *brandura e da harmonia* inter-racial, como referendo à *democracia racial* (SILVA, 2000).

Esta formulação político-ideológica, ao final do século XX, teve à frente o grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães, que ascendeu como grupo a partir da nomeação para prefeito de Salvador, em 1967. Diferente das outras oligarquias, esta teve origem na classe média soteropolitana, ainda que unida no velho esquema rural. Três vezes

governador do Estado, tinha a peculiaridade de se encontrar na transição entre o regime militar, ao qual foi profundamente fiel, e a democracia, onde precisaria sobreviver. Foi mais um momento de dubiedade política das elites baianas.

Antônio Carlos Magalhães apoiou a opção da continuidade militar⁶, que foi derrotada dentro do próprio partido do governo, e o levou a participar do governo de oposição aos militares, refazendo articulações em um novo quadro de poder. Retornou ao governo do Bahia em 1990, agora via eleição, reestruturou a relação com o Estado e eleito baiano, *culturalizando* o perfil do grupo, com o discurso da *baianidade*. Era o discurso inclusivo que a democracia impôs, reestruturando o projeto econômico e se adequando ao marketing do *jogo democrático*.

Esta é a reconfiguração do projeto oligárquico, na urbanização da política baiana, que desmontou e/ou absorveu as várias oligarquias rurais. A reconfiguração, por um lado, manteve a íntima relação com a máquina federal, continuidade da velha política dos favores. Para a urbanização crescente, desde o projeto de desenvolvimento nacional dos militares, e o jogo político da democracia, apostou na afirmação identitária e fortalecimento da indústria cultural nascente, potencializados pelo controle empresarial da TV/Rede Bahia e sua audiência televisiva, garantida pela programação da Rede Globo.

A renovação do perfil político foi conquistada na *culturalização* do velho projeto, mantendo o patrimonialismo, sustentando-se no controle da máquina estatal e seu uso para apoiar as iniciativas privadas que compuseram com o poder. À *baianidade* histórica, mística e afro-descente, acrescentou-se a marca popular, que a produção cultural local representava e a democracia impunha.

Reconfigurada, a *baianidade* balneária e bucólica renovou-se na identidade urbana, moderna, espetacular, leve, eclética, *híbrida* e adaptável ao projeto de cidade mercadoria, que o turismo demanda. A oligarquia urbana firmou-se soteropolitana, acrescentou os novos artistas como aliados da sua política; fortaleceu a indústria cultural, adequando-a ao velho jogo das facilidades, que retorna em prestígio senhorial. A conhecida reverência dos artistas às autoridades, durante o carnaval baiano, demonstra isso.

⁶ - Esta afirmação refere-se ao fato do carlismo ter apoiado inicialmente o candidato oficial do regime militar, o cel. Mário Andreazza, e, após a derrota na convenção do PDS, apoiou ativamente o candidato de oposição aos militares, Tancredo Neves. Esta movimentação, em mais uma transição no quadro nacional, pode ser relacionada como confirmação da postura política dúbia e dependente das elites baianas, em relação à máquina federal e seus ocupantes. Antônio Carlos Magalhães passou de situacionista destacado no projeto de continuidade dos militares, para uma ativa participação na campanha do candidato opositorista, consolidando-se como Ministro das Comunicações no governo Tancredo Neves/ José Sarney. A Bahia continuou apoiando os poderes constituídos.

A economia da festa e da cultura foi denominada de *nova economia baiana*, centrada em Salvador e exportada para o interior e para fora do Estado, via micaretas⁷. Turismo, entretenimento e mídia, acrescidos do controle da máquina político-administrativa, no período de 1990 a 2006, forjaram os sustentáculos da releitura da *baianidade* e readequação do grupo hegemônico. O ápice desta trajetória foi a vitória eleitoral para a prefeitura de Salvador - 1996 e 2000 -, *síntese identitária* do Estado, que tinha um eleitorado, até então, considerado *definitivamente* oposicionista.

A crise da democracia representativa nivelou por baixo os contendores, a *baianidade* como discurso inclusivo e eleitoral, possibilitou a sensação de *pertencimento* geral ao projeto hegemônico. Nesta fase, os *cantores de música baiana* são avalistas do projeto oligárquico como demonstra uma pesquisa de opinião sobre as eleições municipais de 2000 (NOVA, 2003). Na pesquisa, em questão, os *cantores de música baiana*, tiveram 32% de aceitação, mesma credibilidade da mídia local, e melhor que as Igrejas Católica e Evangélicas.

“Os *cantores de música baiana*, particularmente, são uma peculiaridade que merece destaque pela identidade entre a *instituição* e o perfil da cidade/mercadoria, como também pelo percentual de credibilidade que detêm. A aceitação dos *cantores de música baiana* ficou no mesmo patamar de credibilidade que a mídia, mostrando a referência positiva dos representantes culturais de maior destaque na Bahia e reforçando a percepção aqui apresentada do *enquadramento* cultural, como grande instrumento de construção dos cenários que contextualizaram as opções eleitorais. A vitrine, em particular a mídia televisiva, ajudou a consolidar o perfil da cidade, reconfigurada em mercadoria. O destaque a ser registrado é a identidade da população com a cidade, enquanto personagem central e, por outro lado, como a administração municipal trabalha a relação entre os habitantes e a cidade, a partir de uma perspectiva passiva.” (NOVA, 2003: 256/257)

A força do movimento cultural; a mídia, agente de novas sociabilidades, e a reconfiguração do *carlismo*, ao *culturalizar* o perfil político, formataram o projeto hegemônico da *baianidade* vigente, produzida no espetáculo e na hospitalidade turística, acomodando identidade e projeto econômico.

⁷ - Micareta é o carnaval fora de época, sendo o primeiro realizado em Feira de Santana na década de 40, do século XX. A possibilidade de realização de vários carnavais ao longo do ano possibilitou a construção de uma agenda, potencializando a indústria cultural baiana e consolidando as empresas controladoras deste nicho econômico, montado em torno da festa.

Seria enganosa a interpretação dos fatos onde os acréscimos ao perfil identitário fosse tradução exclusiva de vontade da oligarquia dirigente e da máquina marketeira. Como todo discurso identitário, a *baianidade* tem parâmetros históricos que contribuem para o consenso e o sentimento de *pertencimento*. A partir desse consenso histórico e geopolítico, ancoram-se interesses hegemônicos, sobre os quais o perfil identitário se projeta, legitimando-os. Assim também é a *baianidade*.

“Expressão freqüentemente usada para definir características do “modus vivendi” dos baianos, mais especificamente, dos que nascem em Salvador e no Recôncavo da Bahia. Inserido no contexto da construção de tradições (HOBBSAWN e RANGER, 1984) e de discursos identitários, como forma de produzir coesão e consenso sociais, o conceito de baianidade representa uma imagem da Bahia, dos baianos e suas especificidades, adequando a busca da modernização capitalista, que, neste verbete, se refere à industrialização ocorrida a partir da segunda metade do século XX. A baianidade da primeira metade do século anterior, na obra de Jorge Amado e nas composições de Dorival Caymmi, expressa uma Bahia marcadamente bucólica e praieira, folclorizada através da preguiça e malemolência do baiano. Este perfil tornar-se-á contraditório às pretensões hegemônicas da industrialização e foi sendo superado em busca de um padrão identitário moderno, marcadamente urbano, adequado aos *fast food’s* da sociedade contemporânea e à modernização pretendida.” (NOVA & FERNANDES, Verbetes – CD-Rom)

A presença de um grupo conservador no comando de um projeto forçosamente adequado à contemporaneidade globalizada é parte da *hibridação*, no caso da Bahia/Salvador. O desenvolvimento desigual, inerente ao capitalismo, combinou os velhos defeitos oligárquicos com a racionalidade técnica do processo global.

A *baianidade* soteropolitana, além do aspecto econômico, é representação do que se denomina *Reinvenções da África na Bahia* (PINHO, 2004) ou, em uma abordagem mais ampliada das releituras históricas, uma *hibridização cultural*, como formula o antropólogo Nestor Garcia Canclini (2006). A globalização é definida como espaço de intensificação de releituras e inexistência de pureza cultural, mesmo com a importância do espaço regional.

“As lutas para defender a autonomia regional ou nacional na administração da cultura continuam sendo necessárias frente à subordinação que as empresas transnacionais buscam. Mas em geral **todos reformulam seus capitais simbólicos em meio a cruzamentos e intercâmbios**. A sociabilidade híbrida que as cidades contemporâneas induzem nos leva a participar de fora intermitente de grupos cultos e populares, tradicionais e modernos. A afirmação do regional ou do nacional não tem sentido ou eficácia como condenação geral do exógeno: **deve ser concebida agora como a capacidade de interagir com as múltiplas ofertas simbólicas internacionais a partir de posições próprias** (grifos no artigo).” (CANCLINI, 2006: 354)

A *hibridação* na Bahia ocorre na convergência histórica dos fatores citados e estruturantes da *baianidade* soteropolitana, enquanto identidade hegemônica de todo o Estado. Por outro lado, a globalização - processo único, nos referentes gerais; diversificado, nos parâmetros da interação específica - combinou-se com a renovação identitária, sob o monopólio político de uma oligarquia urbana. Na *hibridação* a *renovação* não significou o fim das oligarquias rurais, enfraquecidas, elas habitaram a periferia do projeto, como continuidade dos interesses dominantes.

AQUIA *baianidade*, por um lado, tem o lugar histórico da Bahia e a presença afro-descendente e a influência cultural daí decorrente, da religião à música. A *base* histórica real permite construir o perfil hegemônico como instrumento de coesão social e afirmação política, como segundo aspecto da construção identitária. Esta *baianidade* repôs a dimensão cultural do Estado no cenário nacional, agora, através de uma cultura espetacular, midiática e comercial.

Uma mudança de comando na máquina administrativa do Estado, como a de 2006, não extingue a *baianidade* construída sob a direção do grupo oligárquico urbanizado. Para além da especificidade do comando conservador, a lógica e racionalidade técnico-administrativa impõe padrão e compromisso como a hegemonia sistêmica. Neste contexto, qualquer projeto de desenvolvimento guarda semelhanças na atividade empresarial globalizada; na indústria cultural, ainda que localizada, e no controle da mídia, sistema do espetáculo.

A permanência do projeto anterior decorre da necessidade de afirmação identitária da Bahia, nos componentes históricos e construção

sócio-cultural e no desenvolvimento urbano da terceira maior cidade do país.

O outro aspecto diz respeito ao perfil do projeto político atual; às demandas da diversidade cultural das regiões do estado; das releituras da Cidade da Bahia, referência e pluralidade afrodescendente. Neste caso, em meio à ambigüidade entre o Estado e sua capital, se impõe a discussão da centralidade real da referência afro, para além do marketing.

O sucesso turístico leva à permanente adequação do produto ao mercado. Neste aspecto, a mercantilização da cultura deprecia o espaço e a dimensão histórica que o aspecto étnico tem na cidade. Se a festa, por suas dimensões econômicas e culturais, é um componente da *baianidade*, o que permanece, impõe-se reflexão sobre a organização empresarial do carnaval. A tendência de maior valorização do circuito Barra/Ondina, em relação ao tradicional, entre as praças Campo Grande/Castro Alves, reflete a desvalorização do centro da cidade e secundarização dos interesses populares.

Nesta perspectiva, é emblemático o episódio envolvendo o afoxé *Filhos de Ghandi* (dez mil integrantes, a maioria de negros) e o bloco de trio *Camaleão* (quatro mil integrantes, a maioria de turistas), no carnaval de 2006. *Filhos de Ghandi*, força simbólica do carnaval da *Bahia*, referência afro e exemplo de *hibridação* da cultura afro-baiana, ao reunir referências distintas, o afoxé e o líder indiano Mahatma Ghandi.

Do outro lado, o *Bloco Camaleão/Banda Chiclete com Banana*, vitoriosas empresas da indústria cultural baiana. Representa a *Axé Music*, *hibridação* que representa a centralidade urbano-comercial da *baianidade* em vigor. Reuni a expressão afro *axé* - força de vida, energia positiva - e a expressão *music*, do inglês, revela pretensões de internacionalização do produto. O ritmo é uma recriação a partir do frevo pernambucano.

As duas entidades carnavalescas se encontraram, em sentido contrário⁸, estabeleceu a disputa de quem passava. O desfile dos *Filhos de Ghandi* é tradição na terça feira de carnaval, seu ritmo cadenciado, leva mais tempo no trajeto previsto. Preocupado *em manter a qualidade do serviço prestado* aos quatro mil integrantes do bloco, em sua

⁸ - No percurso Campo Grande/Praça Castro Alves, o Edifício Sulacap, na Praça Castro Alves, é ponto de retorno para quem iniciou o desfile no Campo Grande (no caso, o Camaleão) e parte do trajeto inicial, para quem, como o afoxé Filhos de Ghandi, tem sede no Pelourinho e começa o desfile em direção ao Campo Grande, onde fica o palanque oficial.

maioria, turistas, e o compromisso de desfilar no outro trajeto (Barra/Ondina), Bel Marques, líder da *Banda Chiclete com Banana*, faz o afoxé esperar.

Os milhares de watts de som do *Chiclete* se contrapuseram à percussão cadenciada e de pé no chão, dos *Filhos de Gandhi*. Mas é equívoco responsabilizar os watts ou mesmo o líder da *Banda Chiclete*, como responsáveis por deixar *Ghandi* assistindo a passagem. Antes que o som se propagasse, à velocidade da luz, os preceitos mercadológicos da indústria cultural impuseram racionalidade e prioridade ao exemplo de sucesso da Bahia moderna.

O fato é que o carnaval baiano não é mais a manifestação cultural da *Mudança do Garcia*⁹, mesmo sendo exemplo de resistência. A estética e a lógica dominante do carnaval produto, da cidade mercadoria, se orientam pelas demandas do mercado. Turista, classe média e bloco de trio são as marcas do produto carnaval, o afro é referência.

O desfile de blocos no carnaval é ponto de tensão a ser observado na chamada governança da festa, que se origina na prioridade dos blocos de trio, que desfilam em horário nobre, empurram os grupos afro desfilarem de madrugada.

A reflexão sobre a cidade mercadoria e suas conseqüências na dimensão histórica da *baiandade*, se impõe. No entanto, refletir não significa garantir mudar o projeto em curso, as adequações econômicas e políticas, para atender à globalização, têm fôlego de permanência. O projeto econômico da Bahia está integrado ao global da economia, o que proporciona um crescimento inercial decorrente dos resíduos que a globalização oferece.

A Cidade da Bahia é corpo mutante entre a identidade histórica e a de mercado cultural, ao gosto do lucro definido pelo público externo, o turista, e não pela história e intercâmbios, que sua gente tenha protagonizado. A centralidade do mercado e da economia, imposta pela sociedade capitalista, atropela a dinâmica das representações socioculturais, a própria pluralidade é definida pela demanda mercadológica.

O projeto construído na apropriação política do movimento étnico, surgido nas décadas de 70 e 80 do século XX, tem aspectos positivos ao projetar a cidade, a destacada ascendência africana, e foi

⁹ - A Mudança do Garcia sai toda segunda-feira de carnaval. O nome é referência ao bairro que deu origem àquele que é o maior bloco da cidade de Salvador, levando até 20 mil pessoas às ruas. Começou na década de 40, no século passado, para protestar contra as condições em que se encontravam ruas do bairro Garcia. Hoje, as críticas se referem às questões do bairro, comportamentais e políticas.

marcado por legitimar uma oligarquia, para quem o mercado é tudo. A reflexão para reestruturar tem o sentido de não depreciar os fatores positivos acumulados, mas só ocorrerá de forma plena se o movimento étnico assumir o desafio de se pensar, pensando o conjunto e sua própria inserção, de forma articulada e autônoma.

Bibliografia

ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira, Organizando os Lugares, Ordenando os Espaços: a cidade de Salvador da Bahia sob o olhar dos viajantes (1821-1856). Revista Eletrônica "Urbanidades", Copiado em 03/06/2008, às 06:25h, disponível em:[<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/urbanidades/#art1>].

AZEVEDO, Thales. Igreja e Estado em tensão e crise: A conquista espiritual e o padroado na Bahia. São Paulo, Ática, 1978.

CANCLINI, Nestor Garcia, Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade 4ed.. São Paulo, Editora da USP, 2006. 388p.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de, "Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea". in Bahia Análise & Dados, Salvador, v.9 no 4 p. 24-37, março 2000.

NOVA, Luiz, Eleições 2000: o príncipe do cotidiano na Cidade da Bahia. Dissertação de Mestrado, FACOM/UFBA, 2003. Copiado em 16/06/2008, às 11:00h, disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=865]

NOVA, Luiz, FERNANDES, Taiane. Baianidade (Verbetes). In: Mais definições em trânsito. Salvador: FACOM/UFBA, 2007. CD-Rom.

NOVA, Luiz & MIGUEZ, Paulo, O mito baiano: viço, vigor e vício. 2008. (no prelo)

PINHO, Patrícia de Santana, Reinvenções da África na Bahia. São Paulo, Annablume, 2004. 272p.

SANTOS SILVA, Paulo, Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador, EDUFBA, 2000. 250p.

SWARBROOKE, John & HORNER, Susan, O comportamento do consumidor no turismo. São Paulo, Aleph, 2002. 408p.